



Sinótese dos Trabalhos Legislativos - 2024		
Inciso IV do art. 27 do Regimento Interno		
Projetos de Lei enviados para sanção do Governador em 2024.	143	
Leis Ordinarias Sancionadas.	119	
Leis Complementares Sancionadas .	6	
Aguardando sanção ou veto.	18	
Veto Governamental.	1	
Autógrafo restituído.	2	
Proposições promulgadas pela Assembleia Legislativa.	5	
Lei ordinaria promulgada pelo Presidente da Assembleia.	3	
Decreto Legislativos promulgados pela Assembleia.	2	
Resolução promulgada pela Assembleia.	0	
Vetos rejeitados.	1	
Vetos mantidos.	1	
PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS	Total	1859
Projeto de Lei Ordinário	346	
Projeto de Lei Complementar	7	
Projeto de Resolução	1	
Projeto de Decreto Legislativo	3	
Proposta de Emenda a Constituição	1	
Requerimento Legislativo	1401	
Veto	1	
Emenda de Plenário	60	
Emenda (Poderes e Comissão Especial)	39	
Redações finais aprovadas	66	
PARECERES APRESENTADOS EM COMISSÕES	Total	382
Parecer Favoravel	370	
Parecer Contrario	7	
Voto em Separado	7	
Baixa em diligência	32	
Pedido de vista	38	
Retirado de Ofício	38	
PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DA ASSEMBLEIA (até 28/05/2024)	Total	1033
Proposta de Emenda a Constituição	1	
Resolução	0	
Decreto Legislativo	2	
Ato do Presidente	4	
Atos da Comissão Executiva	592	
Portarias da Diretoria de Pessoal - Ofício Circular DP	149	
Portarias da Diretoria-Geral	0	



Atas (Sessões Plenárias - Reuniões de Comissões - Audiências Públicas - Erratas)	130	
Diversos (Convocação - Termo - Corregedoria - Requerimento - ADI - Relatório CPI)	0	
Matérias relacionadas a finanças (Licitação - Contratos - Prestação de Contas)	155	
Sessões Plenárias	Total	46
1ª Sessão Legislativa - Ordinária		46
1ª Sessão Legislativa - Extraordinária		0
Sessões Solenes	32	
Sessões Itinerantes	4	
Audiências Públicas	Total	30
Análise do PL 466/2021, que dispõe sobre a criação, manejo, conservação e comercialização de animais da fauna nativa, exótica e doméstica.	29/05/2024	
Prestação de Contas Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA - Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2024.	28/05/2024	
As vítimas por doença e acidente de trabalho.	23/05/2024	
Enfrentamento dos fenômenos climáticos e prevenção de desastres ambientais em Curitiba.	22/05/2024	
Transparência e Ética na Gestão Pública: Ainda há Esperança?	21/05/2024	
PLP 12/2024 - Que trata da regulamentação da atividade de motorista de aplicativos no Brasil.	20/05/2024	
Longevidade e Desafios para as Políticas Públicas.	16/05/2024	
O Estado de Coisas Inconstitucional e a Violação Sistemática dos Direitos Humanos no Sistema Prisional.	14/05/2024	
Presente, Passado e Futuro do Parque Nacional do Superagui.	10/05/2024	
Para debater e instruir o "Plano Decenal do Esporte do Paraná 2026 -2036.	08/05/2024	
Desafios e Soluções para o Setor Leiteiro no Paraná.	06/05/2024	
Saúde Renal.	30/04/2024	
Deriva dos Agrotóxicos no Estado do Paraná.	22/04/2024	
Direito à Mobilidade: Pedágio no Município da Lapa.	16/04/2024	
IFPR em Araucária - A importância da Educação Técnica em um Polo Industrial.	15/04/2024	
Garantia de vida e território dos povos originários Xetá.	09/04/2024	
Mudanças Climáticas e os Impactos nos Sistemas de Saúde.	04/04/2024	
Ajuste no Plano de Carreira dos Agentes de Apoio.	02/04/2024	
Novas tecnologias de combate à dengue - TECPAR.	25/03/2024	
CONAE: Educação ou Doutrinação?	21/03/2024	
Economia do cuidado e impactos na vida das mulheres.	20/03/2024	
Para tratar sobre as frequentes interrupções do fornecimento de energia pela COPEL.	18/03/2024	



Dia Internacional da Mulher - Mulheres em destaque: Política, Comunicação, Negócios e Justiça.	12/03/2024	
Justiça Social: Combate à Violência contra Mulheres na Região Centro do Paraná.	08/03/2024	
Apresentação do Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2023 da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.	05/03/2024	
Saúde Integral da População Trans e Travesti.	04/03/2024	
Rumo à Justiça Social no Campo: Reforma Agrária em Quedas do Iguaçu e Região.	29/02/2024	
Prestação de Contas Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA - Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2023.	27/02/2024	
Desafios para o Combate à Dengue no Paraná.	22/02/2024	
Sem duplicação, Pedágio Não!	20/02/2024	
Reuniões	Total	84
Reunião de Comissão.	77	
Reunião de Frente Parlamentar.	6	
Reunião do Bloco Temático	1	
LEIS SANCIONADAS / PROMULGADAS EM 2024		
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e modifica a denominação do cargo de Auditor para Conselheiro Substituto.	Lei Complementar nº 264	
Altera a Lei Complementar nº 136, de 19 maio de 2011, a Lei nº 19.983, de 28 de outubro de 2019, e dá outras providências.	Lei Complementar nº 265	
Altera a Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral, a Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria-Geral, e dá outras providências.	Lei Complementar nº 266	
Altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos à Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Lei Complementar nº 267	
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria-Geral do Estado.	Lei Complementar nº 268	
Determina a igualdade do valor de premiações a homens e mulheres em competições esportivas organizadas, patrocinadas ou apoiadas pelo Governo do Estado do Paraná, Autarquias, Agências Reguladoras, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações Públicas ou similares.	Lei nº 21.871	
Altera o art. 1º da Lei nº 11.265, de 21 de dezembro de 1995, para corrigir as divisas entre os Municípios de Coronel Domingos Soares e Bituruna.	Lei nº 21.872	
Altera a Lei nº 11.252, de 20 de dezembro de 1995, que cria o Município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá.	Lei nº 21.873	



Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pequenos Produtores Rurais e Moradores e do Itaqui, com sede no Município de Guaraqueçaba.	Lei nº 21.874
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Abas Largas de Borrazópolis, com sede no Município de Borrazópolis.	Lei nº 21.875
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Ação Social do Nazareno, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.876
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Rimadores Contraste Social, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.877
Concede o Título de Capital do Pinhão ao Município de Inácio Martins.	Lei nº 21.878
Denomina Dr. Michel Leite Pereira da Silva a 3ª Subdivisão Policial de São Mateus do Sul.	Lei nº 21.879
Denomina Dr. Mario Marcondes Lobo Filho o pátio de triagem do Porto de Paranaguá, localizado na Avenida Senador Atilio Fontana, nº 2747/2949, Parque São João, no Município de Paranaguá.	Lei nº 21.880
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Santiago Pesca Esportiva, com sede no Município de Rio Bonito do Iguçu.	Lei nº 21.881
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí Turismo, com sede no Município de Apucarana.	Lei nº 21.882
Denomina Luiz Augusto Boroto o viaduto no KM 236 + 800m, da BR-163, no Município de Toledo.	Lei nº 21.883
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Alessandro Mori Nunes.	Lei nº 21.884
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Movimento Independente pelos Animais, com sede no Município de Piên.	Lei nº 21.885
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Rural Comarca de Matelândia, com sede no Município de Matelândia.	Lei nº 21.886
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Joaquim Parron Maria - Padre Parron.	Lei nº 21.887
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Integração Esportiva e Cultural, com sede no Município de São José dos Pinhais.	Lei nº 21.888
Dispõe sobre a Campanha Permanente de Combate, Conscientização e Prevenção à Síndrome de Esgotamento Profissional - Síndrome de Burnout, a ser realizada anualmente em 15 de outubro.	Lei nº 21.889
Institui a Campanha Permanente de Endometriose sem Trauma no Estado do Paraná.	Lei nº 21.890
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Kléberson Pereira.	Lei nº 21.891
Cria os Quadros de Oficiais e Praças do Corpo de Bombeiros Militares do Paraná.	Lei nº 21.892
Altera a Lei nº 19.776, de 18 de dezembro de 2018, que institui o teletrabalho no âmbito do Poder Executivo do Governo do Estado do Paraná.	Lei nº 21.893
Institui o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná.	Lei nº 21.894
Assegura proteção de crianças e adolescentes a exposição/uso de telas digitais.	Lei nº 21.895



Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lord Riders Moto Clube - Rancho, com sede no Município de Cambira.	Lei nº 21.896
Concede o Título de Utilidade Pública à Rede Empresarial do Centro Histórico, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.897
Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Oeste do Paraná, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 21.898
Institui a Campanha Estadual Permanente de Incentivo ao Cuidado da Saúde Mental dos Profissionais da Segurança Pública no Estado do Paraná.	Lei nº 21.899
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos e Mulheres Solidárias, com sede no Município de Quatro Barras.	Lei nº 21.900
Institui a Rota de Turismo Rural Circuito do Sol, no Município de Nova Aurora.	Lei nº 21.901
Institui a Semana Estadual do Brincar e dispõe sobre o estímulo ao brincar na infância.	Lei nº 21.902
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin Júnior.	Lei nº 21.903
Institui a Campanha de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado do Paraná.	Lei nº 21.904
Institui o Dia de Conscientização sobre a Triagem Neonatal no Estado do Paraná.	Lei nº 21.905
Institui o Dia Estadual de Luta contra a Intolerância Política e de Promoção da Tolerância Democrática a ser celebrado anualmente em 9 de julho.	Lei nº 21.906
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Somar Mais Um, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.907
Institui a Semana Estadual de Conscientização da Síndrome de Prader-Willi a ser realizada na última semana do mês de maio.	Lei nº 21.908
Concede o Título de Utilidade Pública à Missão Renovar de Apoio e Restauração de Vidas, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.909
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Aeroparque Aldeia da Serra, com sede no Município de Palmeira.	Lei nº 21.910
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pesca Esportiva Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu.	Lei nº 21.911
Concede o Título de Utilidade Pública à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.912
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação União Central Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu.	Lei nº 21.913
Denomina Biblioteca Professor Amani Spachinski de Oliveira, a Biblioteca do Colégio Estadual Cívico-Militar Marechal Rondon do Município de Campo Mourão.	Lei nº 21.914
Reconhece a Festa no Arraiá como manifestação da cultura paranaense.	Lei nº 21.915
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto SOS 4 Patas Paraná, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 21.916
Concede o Título de Utilidade Pública ao Grêmio Cultural Ecológico Carnavalesco Enamorados do Samba, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.917
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense de Lutas, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.918



Concede o Título de Utilidade Pública à ONG Anjos Protetores, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 21.919
Altera a Lei nº 13.400, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe que as instituições bancárias e outras especificadas, deverão providenciar medidas para efetivar, em tempo razoável, atendimento a seus usuários.	Lei nº 21.920
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guarapuavana de Basquete Feminino, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 21.921
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Ethnos Brasil, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.922
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Robert Thompson, com sede no Município de Umuarama.	Lei nº 21.923
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Vitivinicultores do Paraná, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 21.924
Fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 21.925
Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.	Lei nº 21.926
Concede o Título de Capital Estadual do Maracujá ao Município de Morretes, e dá outras providências.	Lei nº 21.927
Institui no Estado do Paraná o Prêmio de Direitos Humanos Engenheira Enedina Alves Marques.	Lei nº 21.928
Altera a Lei nº 12.857, de 1º de fevereiro de 2000, que proíbe a prática do trote em alunos das instituições da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º Graus e de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.	Lei nº 21.929
Acresce dispositivos à Lei nº 19.421, de 6 de março de 2018, que institui a Rota Turística do Rio Iguaçu no Estado do Paraná.	Lei nº 21.930
Institui a meia-entrada para eleitores nomeados como mesários ou para prestar apoio logístico nas eleições gerais ou municipais, plebiscitos e referendos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências.	Lei nº 21.931
Altera a Lei nº 19.575, de 2 de julho de 2018, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Ajude Focinhos em Curitiba, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.932
Denomina Mitsuro Tomokuni o Contorno Norte do Município de Astorga.	Lei nº 21.933
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Ano do Centenário da Imigração, Colonização e Desenvolvimento Britânico no Norte Paranaense, e dá outras providências.	Lei nº 21.934
Denomina Ademir Mulon a Rodovia PR-464 do km 0, marco inicial no trevo de Cruzeiro do Sul, até o km 50,340m onde termina a Rodovia PR-340, trevo para o Município de Itaguajé.	Lei nº 21.935
Denomina Rodovia Benelí Terezinha Bueno Kasmiroski a PR-804, que liga a BR-277 à PR-408 (entroncamento na localidade Passa Sete), no Município de Morretes.	Lei nº 21.936
Denomina José Carlos Schiavinato o trevo da PR-317 com a PR-218, no Município de Iguaçu.	Lei nº 21.937



Altera a Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná.	Lei nº 21.938
Concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto Social Semear, com sede no Município de Marialva.	Lei nº 21.939
Institui o Dia Estadual da Conscientização da Doença de Parkinson a ser realizado anualmente em 11 de abril.	Lei nº 21.940
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Desenvolvimento, Capacitação e Projetos Sociais, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.941
Concede o Título de Utilidade Pública ao Clube de Pesca Esportiva Marechal Rondon, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon.	Lei nº 21.942
Institui a Semana de Enfrentamento e Conscientização à DPOC, à Asma e ao Tabagismo a ser realizada na primeira semana do mês de agosto.	Lei nº 21.943
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto para o Desenvolvimento do Turismo e Projetos Estratégicos, com sede no Município de Foz do Iguaçu.	Lei nº 21.944
Institui o Dia da Comunidade Nordestina.	Lei nº 21.945
Institui o Dia Estadual do Acolhimento do Paciente Oncológico a ser realizado anualmente em 3 de março.	Lei nº 21.946
Concede o Título de Utilidade Pública à Fábrica Cascavelense de Cidadãos, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 21.947
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Brasileira em Defesa da Saúde, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.948
Concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto de Inclusão Social C.E.E.L, com sede no Município de Rolândia.	Lei nº 21.949
Concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade Servos do Imaculado Coração da Virgem Maria, com sede no Município de Arapongas.	Lei nº 21.950
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos do Judô Ricardo Santos, com sede no Município de Toledo.	Lei nº 21.951
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas “Coração do Paraná”, com sede no Município de Manoel Ribas.	Lei nº 21.952
Concede o Título de Utilidade Pública à Confederação Brasileira de Xadrez Escolar, com sede no Município de Matinhos.	Lei nº 21.953
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Parque Histórico de Arapoti, com sede no Município de Arapoti.	Lei nº 21.954
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Cirino Ferro.	Lei nº 21.955
Institui o Dia Estadual de Conscientização e Prevenção do Infarto do Miocárdio a ser realizado em 29 de setembro.	Lei nº 21.956
Institui o Dia do Rolimã a ser comemorado anualmente em 1º de outubro.	Lei nº 21.957
Institui o Roteiro Turístico das Feiras Vintage no Estado do Paraná.	Lei nº 21.958
Altera a Lei nº 18.807, de 16 de junho de 2016, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Apoio aos Portadores da Doença de Alzheimer, compreendida na semana que contenha o dia 21 de setembro de cada ano.	Lei nº 21.959



Altera a Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Lei nº 21.960
Altera a Lei nº 18.877, de 27 de setembro de 2016, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, e adota outras providências.	Lei nº 21.961
Altera a Lei nº 18.292, de 4 de novembro de 2014, que dispõe sobre o estabelecimento de mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas e adoção de outras providências.	Lei nº 21.962
Institui o Programa Emprega Paraná: Construindo Oportunidades.	Lei nº 21.963
Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	Lei nº 21.964
Institui o Programa Nossa Infância Paraná.	Lei nº 21.965
Reconhece o Queijo Colonial do Sudoeste do Paraná como Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial do Estado do Paraná.	Lei nº 21.966
Concede o Título de Utilidade Pública à entidade Águia de Ouro Futebol Clube, com sede no Município Curitiba.	Lei nº 21.967
Institui a Semana Estadual do Influenciador Digital a ser celebrada anualmente na última semana de novembro.	Lei nº 21.968
Concede o Título de Utilidade Pública à Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.969
Concede o Título de Utilidade Pública ao Provopar - Ação Social Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu.	Lei nº 21.970
Institui a Semana Estadual de Conscientização contra a Psicofobia a ser realizada na última semana do mês de setembro, e dá outras providências.	Lei nº 21.971
Reconhece como Patrimônio Artístico do Paraná a letra e a música Nas Asas da Juriti, do Grupo Musical Gralha Azul.	Lei nº 21.972
Institui a campanha permanente de incentivo à realização do exame cariótipo em recém-nascidos com Síndrome de Down (T-21) no Estado do Paraná.	Lei nº 21.973
Aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.	Lei nº 21.974
Altera a Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para dispor sobre a duração da licença à gestante em caso de feto natimorto.	Lei nº 21.975
Altera, na forma que especifica, a redação do inciso XI do art. 105, do caput e do § 2º do art. 131, todos da Lei nº 20.640, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.	Lei nº 21.976
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Rural de Maringá, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.977
Aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.	Lei nº 21.978



Aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.	Lei nº 21.979
Altera a Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, que estabelece a Função Privativa-Policial na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.	Lei nº 21.980
Institui a Rede Estadual de Ajuda Humanitária.	Lei nº 21.981
Altera a Lei nº 17.478, de 3 de janeiro de 2013, que obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais feitas em suas dependências, e dá outras providências.	Lei nº 21.982
Altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos à Lei nº 20.640, de 12 de julho de 2021 - Regime Jurídico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná - e dá outras providências.	Lei nº 21.983
Concede o Título de Capital do Brinquedo ao Município de Flórida.	Lei nº 21.984
Institui o Dia da Agricultura Irrigada a ser comemorado anualmente em 15 de junho.	Lei nº 21.985
Concede o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Berenice Piana de Piana.	Lei nº 21.986
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Pato Pescador - Pesca Esportiva, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 21.987
Define deficiência auditiva, estabelece valor referencial da limitação auditiva e altera a Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.	Lei nº 21.988
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais, Amigos dos Bichos, com sede no Município de Flor da Serra do Sul.	Lei nº 21.989
Dispõe sobre a atenção e o cuidado integral às cardiopatias congênitas no Estado do Paraná.	Lei nº 21.990
Denomina Rodovia Aristides de Caires, a PR-536, no trecho que liga os Municípios de Prado Ferreira e Cambé.	Lei nº 21.991
Altera a Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo, a Lei nº 6.417, de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar, e dá outras providências.	Lei nº 21.992
Atualizado às 17h22min de 29 de maio de 2024.	